



PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA SOBRE A ASSISTÊNCIA PRESTADA AO USUÁRIO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Renata Souza Lima Gonçalves – Centro Universitário UniFG

Vanessa Lima Melo Nogueira – Centro Universitário UniFG

Luiz Humberto Rodrigues Souza – Universidade do Estado da Bahia, Campus XII

Resumo

O objetivo do estudo foi verificar a percepção do enfermeiro da atenção primária acerca da assistência prestada ao usuário com deficiência auditiva. A coleta de dados foi realizada nas Unidades Básicas de Saúde com 14 enfermeiros a partir de um questionário com questões objetivas. Verificou-se que existem falhas na comunicação entre o enfermeiro da atenção primária e os pacientes com deficiência auditiva, pois 100% dos enfermeiros pesquisados não dominavam a Língua Brasileira de Sinais.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem. Comunicação. Deficiência Auditiva.

INTRODUÇÃO

A deficiência auditiva (DA) é uma condição clínica presente na sociedade brasileira que merece atenção, principalmente na assistência à saúde oferecida para a população (Lewis et al., 2010). Em termos fisiológicos, a DA caracteriza-se pela disfunção de qualquer componente do sistema auditivo, que pode ocorrer por perda auditiva de condução, neurossensorial ou perda auditiva mista (Momensohn-Santos; Branco-Barreiro, 2004).

Para que uma pessoa com DA possa se comunicar com as demais, é necessário ser utilizada uma linguagem diferente da usada rotineiramente. Na literatura, a comunicação é denominada como um instrumento assistencial básico, pois é ela que permite o relacionamento entre paciente e profissional (Chaveiro; Porto; Barbosa, 2009). Em 2002, foi criada a lei 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e garante que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de DA (Brasil, 2002).



OBJETIVO

Verificar a percepção do enfermeiro da atenção primária acerca da assistência prestada ao usuário com deficiência auditiva.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e de corte transversal. Quatorze Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Guanambi-BA participaram do estudo. Vale ressaltar que, em cada UBS, o enfermeiro coordenador foi o voluntário da pesquisa. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: ser enfermeiro, estar em efetivo exercício no momento da coleta de dados e querer participar voluntariamente do estudo. Foi elaborado um questionário contendo dez perguntas objetivas, que foi devidamente preenchido pelos voluntários.

Todas as análises foram realizadas no pacote estatístico IBM SPSS versão 20.0 (SPSS, Inc., Chicago, IL, EUA). Utilizou-se a estatística descritiva com a distribuição de frequência relativa para variáveis. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 496550.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Este estudo avaliou 14 enfermeiros com idade de 25 a 46 anos. Verificou-se que 14,2% eram do sexo masculino e 85,7% do sexo feminino. Esses voluntários tinham em média $5,5 \pm 1,34$ anos de formação acadêmica e $4,2 \pm 1,52$ anos de prestação de serviço nas UBS.

Os dados revelaram que 50% da amostra fizeram o atendimento com a presença de acompanhamento ou intérprete. Segundo Buscaglia (1993), deve haver uma parceria entre os familiares de pessoas com deficiência e os profissionais, pois estes são de fundamental importância em sua vida, por sua capacidade de contribuição para o crescimento do mesmo. Em contrapartida, Cruz e Lopes (2007) questionaram se essa seria uma tentativa ideal de



inclusão, principalmente no que se refere ao limite de ajuda, que um intérprete ou acompanhante habilitado em LIBRAS pode oferecer no momento da consulta.

Ao analisar os dados da segunda questão, observou-se que 92,85% dos enfermeiros aprovaram a presença de um acompanhante durante a consulta de cunho íntimo aos pacientes com DA e 7,14% não concordaram. Entretanto, Araújo et al. (2015) mostraram que há uma possibilidade do paciente portador de DA sentir-se constrangido ao revelar seu problema de saúde, pois há situações em que ele gostaria de falar apenas com o profissional de saúde, não expondo assim seu problema a outras pessoas.

Também foi verificado que 64,28% da amostra afirmaram que um indivíduo não consegue descrever fidedignamente o que outro está sentindo. Segundo Cheever e Hinkle (2009), as enfermeiras devem saber que os pacientes agem influenciados pela cultura, mas apesar de alguns atributos e pensamentos serem parecidos culturalmente, é importante lembrar que nem todos compartilham do mesmo pensamento. A pesquisa demonstrou ainda que 64,28% dos participantes não possuem segurança durante o atendimento a pacientes com DA. Isso foi explicado por Araújo et al. (2015), que constataram a dificuldade da equipe de saúde na prestação de atendimento adequado ao paciente com DA, por ter receio em realizar a consulta devido à falta de confiança no intérprete.

Verificou-se que 100% da amostra não tem domínio da LIBRAS, comprometendo assim a qualidade da assistência oferecida. Sobre isso, Gomes et al. (2009) ressaltaram que a comunicação não verbal é importante para a compreensão integral do paciente. Além disso, os dados apresentados revelaram que 71,42% dos pacientes com DA não possuem domínio de LIBRAS e 28,57% possuem.

A pesquisa mostrou que 57,14% da amostra demonstraram que a comunicação não é eficaz; 35,71% afirmaram que a comunicação é compreensível o suficiente e 7,14% não souberam responder. Nonino, Anselmi e Dalmas (2008) disseram que a qualidade dos serviços de saúde prestada à população depende da competência técnica e da habilidade de comunicação e interação da equipe com o paciente. Além disso, 78,57% da amostra consideraram que houve falhas na sua comunicação com os pacientes durante a consulta de enfermagem. Isso foi



confirmado por Chaveiro e Barbosa (2005) que evidenciaram dificuldades de comunicação dos profissionais durante o atendimento de deficientes auditivos.

Verificou-se que 64,28% dos enfermeiros perceberam que os usuários com DA sentem-se satisfeitos com a consulta, 21,42% perceberam que os pacientes saíram insatisfeitos com a consulta de enfermagem e 14,28% não souberam responder. Foi percebida uma contradição quando a maioria dos enfermeiros afirmou que os pacientes saíram satisfeitos, pois os mesmos não dominavam a LIBRAS, e em 50% das consultas precisaram de um acompanhante ou intérprete. Por fim, o estudo revelou que 85,71% da amostra consideraram importante que o profissional de enfermagem domine a LIBRAS e 14,28% desconsideraram esta importância.

CONCLUSÕES

Este estudo sinalizou que existem falhas na comunicação entre enfermeiro da atenção primária e pacientes com DA, pois 100% dos enfermeiros pesquisados não dominam a LIBRAS. A maioria dos enfermeiros não possui segurança ao atender um paciente com DA, não consideram que a comunicação entre ambos seja eficaz e afirmam a existência de falhas na mesma. Todavia, os voluntários da pesquisa afirmaram ser importante a aprendizagem da LIBRAS, e este seria um grande passo que os profissionais da área da saúde dariam na busca de um atendimento efetivo e verdadeiramente satisfatório.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. et al. Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. *ABCS Health Sciences*, v. 40, n. 1, p. 38-44, 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Record, 1993.

25 a 27
setembro
2024



POR UMA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA,
DIVERSA E
INCLUSIVA

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Rev. Esc. Enferm.** v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005.

CHAVEIRO, N.; PORTO, C.; BARBOSA, M. Relação do paciente surdo com o médico. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.** v. 75, n. 1, p. 147-150, 2009.

CHEEVER, K.; HINKLE, J. **Brunner & Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CRUZ, M.; LOPES, V. Inclusão social do deficiente auditivo: uma reflexão do atendimento do psicólogo na internação hospitalar. **CES Ver.** v. 21, n. 1, p. 191-202, 2007.

GOMES, V.; SOARES, M.; MUNIZ, R.; SILVA, J. Vivência do enfermeiro ao cuidar surdos e/ou portadores de deficiência auditiva. **Enfermeria Global.** n. 17, p. 1-10, 2009.

LEWIS, D.; MARONE, S.; MENDES, B.; CRUZ, O.; NÓBREGA, M. Comitê multiprofissional em saúde auditiva COMUSA. **Braz. J. Otorhinolaryngol.** v. 76, n. 1, p. 121-128, 2010.

MOMENSOHN-SANTOS, T.; BRANCO-BARREIRO, F. Avaliação e intervenção fonoaudiológica no transtorno de processamento auditivo. In: FERREIRA, L.; LOPES, D.; LIMONGI, S. (org.). **Tratado de fonoaudiologia.** São Paulo: Rocca, 2004.

NONINO, E.; ANSEMI, M.; DALMAS, J. Avaliação da qualidade do procedimento curativo em pacientes internados em um hospital universitário. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 16, n. 1, p. 57-63, 2008.